



Derrubando os “muros” de 1930: Antônio Gramsci para a renovação da Historiografia na Primeira República Brasileira (1889 – 1930).

EDUARDO CESAR VALUCHE OLIVEIRA BRITO¹

Palavras-chave: Antônio Gramsci; Historiografia; 1º. República Brasileira.

O objetivo da minha reflexão é de expor a validade do pensamento de Antonio Gramsci para analisar o Estado Brasileiro na Primeira República. O que nos conduz, desta forma, a desafios teóricos em duas vertentes complementares: de confrontar a historiografia que tem marcado este campo temático e, de encaminhar possibilidades analíticas a partir do pensamento gramsciano.

Estas reflexões partem da minha pesquisa atual no mestrado na Faculdade de Formação de Professores na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulado “*O Instituto Central do Povo e o Porto do Rio de Janeiro: os metodistas na construção da república brasileira*”. Portanto, trago para debate no Simpósio Temático História e Marxismo o leque de questões que tenho discutido neste atual momento na minha pesquisa, em conjunto com minha orientadora Maria Letícia Correa, sobre a religião metodista, suas articulações e o Estado Brasileira nesta conjuntura.

A proposta vincula-se estruturalmente a um tempo e espaço oposto daquele situados em torno das relações designadas na chamada “República Velha”. O questionamento sobre o recorte temporal refere-se à visão limitada do que seria participação política na Primeira República e, que está diretamente associada ao que indicamos na pesquisa: a ampliação do campo político de participação neste período ao apontarmos uma abordagem da História Política a partir da Religião Metodista no Brasil.

Esta escolha situa-se ao encontro do posicionamento defendido no dossiê apresentado na revista Tempo², intitulado “A nova “Velha” República”, na qual as historiadoras Ângela de Castro de Gomes e Martha Abreu apresentam uma mudança de “teor historiográfico que

¹ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/RJ; Historiador – Mestrando em História Social; Agência financiadora: Capes.

² Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense.

objetiva desnaturalizar o uso de tal designação, ainda muito utilizada e compartilhada, tanto na literatura acadêmica como na escolar” (ABREU; GOMES, 2009:1-2)³.

A utilização deste conceito sobre o período entre 1889 á 1930 atuou e ainda encontra-se presente na literatura acadêmica, quanto na sua utilização mencionada explicitamente em algumas pesquisas e, principalmente na definição deste período em conotação negativa quando se opera um “apagamento da esfera da participação política durante a Primeira República (que) está relacionado com o diagnóstico então construído – e desde então acreditado – de que o “povo” brasileiro não tem capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, é insolidária e, por isso, pouco afeita (praticamente de forma ontológica) às formas de associação” (ABREU; GOMES, 2009:4). Este viés interpretativo vinculou-se de maneira diversa na historiografia brasileira e, se manifestam por caminhos diversos em pesquisas que possuem intenções e propostas diferentes.

Uma das primeiras referências a este período surge de maneira muito retraída, numa produção ainda não situada dentro dos cânones acadêmicos, realizada por intelectuais e militantes envolvidos nas lutas dos trabalhadores. Num balanço historiográfico realizado por Cláudio Batalha, identificamos que essa produção militante, produziu um estilo de biografia excessivamente elogiosa (Hagiográfica), com função legitimadora da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou do partido durante as décadas de 1930 à 1950. Emergem nestas obras uma cronologia própria, isto é, apresenta uma concepção teleológica da História reiterando os marcos na década de 1930 em oposição aos períodos anteriores.

Na década de 60, as sínteses sociológicas marcam o começo da produção acadêmica sobre o tema (o pioneiro foi Evaristo de Moraes Filho)⁴. “Ai vale destacar que é praticamente após 1964, que a Primeira Republica torna-se alvo privilegiado de atenção para historiadores, sociólogos, cientistas políticos, econômicos, pedagogos etc.” (ABREU; GOMES, 2009:245). Estas teses, contudo, mantém a década de 30 como um marco cronológico para a História do Movimento Operário. Pesquisando o que faltou para formação da classe operaria brasileira,

³ O ato de nomear é um ato de poder, que no caso da “Republica Velha” utilizou-se de uma “autentica “formula mental”, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920-1930. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do “Estado Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam”.

⁴ Eminentemente jurista; filho de Evaristo de Moraes, sendo ele um dos pioneiros do Direito Criminal no Brasil.

preocupam-se em entender o caso brasileiro, tomando São Paulo como uma espécie de representante para o todo Brasil. Ainda nesta década, os Brazilianistas (norte-americanos) iniciam uma produção que têm como principal contribuição a introdução da produção britânica, além de produções valiosas por trazerem muitos dados empíricos (exemplo, Michael Hall).

“Um balanço acerca da produção bibliográfica das décadas de 60 e 70, a despeito de suas especificidades, demonstra que foi privilegiada a idéia de que a hegemonia política da oligarquia paulista, em aliança com a mineira, sustenta-se na preeminência da economia exportadora cafeeira. Em decorrência, o arranjo político oligárquico entre São Paulo e Minas ditava de forma nítida a orientação do governo federal” (ABREU; GOMES, 2009:249).

Nos anos 80, a produção sobre o tema amplia, fragmentando-se.

“É possível constatar que os estudos na área de História sobre trabalhadores e sindicalismo, produzidos entre meados dos anos 70 e a década de 1980, tenderam a se concentrar na 1ª República. A importância dos estudos históricos sobre o tema no período é inegável, em especial por revisar as características simplistas do movimento operário baseadas no binômio imigrantes /anarquistas, que os estudos pioneiros das ciências sociais haviam construído nos anos 60, como um idealizado contraste combativo ao sindicalismo atrelado ao Estado do pós-30” (MATTOS, 2003:15-16).

Ainda nestes anos de 1980, na linha de renovação sobre os estudos sobre a Primeira Republica, temos uma produção fundamental de um historiador para as discussões sobre as relações políticas na Primeira Republica: José Murilo de Carvalho. No seu livro os “Bestializados: o Rio de Janeiro e a Republica que não foi”, seu pensamento vai ao sentido do momento que o país passava naquele momento, de reabertura política, questionando a “concepção e da prática da cidadania entre nós, em especial entre o povo. Trata-se do problema do relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política” (CARVALHO, 1987: 10).

As críticas vão de encontro a uma tendência que destaca o caráter maniqueísta nessas relações políticas na qual o “Estado é apresentado como um vilão e a sociedade como vítima”

(CARVALHO, 1987: 5). Pensando a relação da população fluminense com Estado nos primeiros anos da república, as suas reflexões partem:

“do contraste entre a total ausência de participação popular através dos mecanismos formais do sistema político, particularmente das eleições e a intensa participação de assistência mútua. De um lado, a ausência do povo; de outro, a abundância do povo. (...) Haveria um pacto não escrito, informal, entre o cidadão e o Estado, que passava à margem das formalidades do sistema político”
(CARVALHO, 1986: 5).

As suas colocações são positivas quando enfatiza a restrição da população ao acesso ao voto, retirando um importante meio de participação política. É inovador ao apontar as sociedades de assistência mútua como uma forma de solidariedade, sabedoria e, astúcia as dificuldades sociais colocadas no sistema sócio-político brasileiro. O questionamento a ser feito, entretanto, refere-se a sua visão limitada do que seria participação política na Primeira República. Parece-me adotar um modelo baseado nas democracias liberais, onde o povo brasileiro com suas “especificidades ibéricas” não se adaptaria devido ao seu comportamento inclinado à carnavalização da política. O “quadro de baixa participação na política das eleições, dominadas naquela fase pelas oligarquias regionais de grandes proprietários, não deve ofuscar a participação em manifestações cujo cunho político não pode ser ocultado. Como os protestos coletivos violentos” (MATOS, 2009: 45). Pesquisas recentes têm levantado dados que indicam para refutação de arquétipos prontos e estereótipos construídos que se consolidaram no pensamento social brasileiro, tendo como pano de fundo a cristalização de uma imagem do que seria a república brasileira no começo do século XX ⁵.

Nos anos 2000, outros campos surgem, onde a Justiça passa a ser um novo tema, enfocando nas relações do trabalhador escravo com a mão de obra livre. Portanto, os estudos na historiografia brasileira sobre a primeira experiência republicana não apenas derrubaram os muros da década de 1930, como “avançaram” nas pesquisas recuando para o momento anterior ao período republicano. Contudo,

⁵ Dentre outros historiadores.

“podemos afirmar que ainda se desconhece, basicamente por falta de estudos, uma rica movimentação de atores – intelectuais, trabalhadores, setores de classes médias e populares – empreendida no campo da participação política, que alcançou desenhos variados e mais ou menos formalizados em instituições e associações muito variadas” (ABREU; GOMES, 2009:5). .

Por outro lado, apontamos que em paralelo à falta de produções no viés aqui defendido, pesquisas recentes seguindo caminhos da história cultural francesa compõem um quadro de “enormes deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade (...). Partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos Annales em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginário coletivos: considerá-los antônimos da realidade” (CARDOSO, 2012: 52).

Acompanhamos estas influências na dissertação de mestrado sobre a Missão Metodista no Rio de Janeiro, defendido em 2000, na Universidade Federal Fluminense por Maria Ligia Rosa Carvalho. Na pesquisa, a autora buscou levantar algumas informações básicas sobre a chegada dos metodistas ao Brasil, sua estruturação no território brasileiro e, principalmente construir os ideais de nação e civilização defendidos por eles. Contudo, mesmo chegando à constatação que “um ponto central na proposta evangelizadora metodista era a vontade de contribuir na remodelação da nação brasileira” (CARVALHO, 2010: 12), a pesquisa permanece no campo do levantamento das articulações ideológicas sobre os valores civilizatórios da missão metodista, na linha que a “igreja metodista promoveu discursos e estratégias próprios, que correspondiam a esse impulso “civilizatório”” (CARVALHO, 2010: 14).

Ora, à análise proposta pela autora encaminha no sentido de constatar a existência de discursos e estratégias próprios dos metodistas, mas não se direciona num segundo momento para as relações que esses discursos poderiam estabelecer no contexto das relações de poder na Primeira República. E na via contrária, não considera às influências das relações de poder que poderiam ter influenciado o projeto missionário metodista e os religiosos, considerando o seu êxito no território brasileiro. Portanto, na perspectiva da história política proposta neste trabalho, nenhum destes elementos da missão metodista pode estar isolado e analisado em si

mesmo, descolado do conjunto social “no qual se afirma, adquire e produz sentido” (FONTES; MENDONÇA, 2012: 60-61).

As conclusões da abordagem defendida por Carvalho podem conduzir, por exemplo, ao reducionismo que “o ímpeto civilizatório, característico da missão metodista que aqui se instalou, foi na prática concretizado através de uma série de estratégias da igreja, como a multiplicação de congregações, totalizando oito no Rio de Janeiro, no ano de 1910, o estabelecimento de colégios e escolas, a existência de uma Casa Publicadora, a manutenção de um hospital interdenominal, entre outras” (CARVALHO, 2010: 13). Passamos de “tópicos do discurso”⁶ do projeto missionário metodista para a descrição de sua estruturação no território brasileiro e, contudo, não compreendemos por quais razões e por quais caminhos o projeto “civilizatório” metodista se efetivou.

No quadro de dificuldades metodológicas identificadas na historiografia da Primeira República Brasileira, podemos completar este cenário com o conjunto de fontes negligenciadas nas pesquisas que adotam o viés estrito do cultural nas ações políticas ou inferem-se da ideologia as referências das representações escolhidas como objetos de estudo. Neste sentido, silenciam por sua ingenuidade (pelo menos aparente), um conjunto de fontes produzidas por associações de trabalhadores de naturezas diversas e uma série de pesquisas desenvolvidas na historiografia que estuda o movimento operário na Primeira República. Neste caminho, apontamos a contribuição para execução deste projeto e dos caminhos da pesquisa em desenvolvimento, à dissertação de mestrado defendida por Marli Albuquerque na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1983. Em seu estudo, procurou analisar a relação entre estivadores e empregadores entre 1904 a 1920, observando as condições de vida desses trabalhadores e a sua origem social. É exatamente na seção condições de vida dos trabalhadores em sua pesquisa que apresenta a contribuição mais relevante para a pesquisa aqui desenvolvida, quando revela algumas informações básicas sobre o Instituto Central Povo, mostrando algumas fontes extremamente valiosas sobre a atuação social que realizavam com os trabalhadores portuários. No seu trabalho, mesmo que de forma sumária, pude perceber que as ações dos metodistas foram muito além da articulação teórica sobre os ideais

⁶ Em outros casos, seguindo o pensamento de René Remond, a ideologia como estrutura maior do tempo longo do qual se observam as “representações”.

civilizatórios, revelando o seu envolvimento aos interesses de grandes grupos capitalistas estabelecidos na Capital Federal:

“O fundador financeiro da instituição foi Hay Walker, contratante das obras do Porto. Entre os contribuintes do Instituto Central do Povo, estavam as grandes empresas, como a Rio de Janeiro Tramway Light e Power Co., a Rio de Janeiro Flour Mills e Granaries Co., P.S Nicholson e Co., London e River Plate Bank, Albhckle Bross, Hard and Rand and Co., Leopoldina Railway, etc” (ALBUQUERQUE, 1983: 73).

Esta ligação dos metodistas aos grupos econômicos do final do século XIX e início do século XX, projetam novas questões para pensarmos as relações políticas na Primeira Republica brasileira. Pensando desta maneira, à análise da atuação dos metodistas define-se como indissociável as dinâmicas do estado brasileiro no final do século XIX e início do XX, “cuja ênfase é histórica, tanto no sentido da constituição das formas de intervenção social das classes, dos grupos e das frações de classe, quanto no sentido de remeter ao processo de expansão da dinâmica socioeconômica capitalista em sua relação com a política” (FONTES; MENDONÇA, 2012: 62).

O universo de pesquisa sobre esta temática será delimitado em torno do levantamento da atuação “política” da congregação religiosa e da instituição pesquisada, isto é, destacando uma “história política (que) envolve definir os contornos do que se chama “política”. Envolve identificar formas culturais, midiáticas, lingüísticas, ideológicas e representacionais sob os quais os agentes significam suas existências, envolve as inúmeras interações sociais nas quais estão imersos os seres históricos (economia, família, instituições etc.) Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido” (FONTES; MENDONÇA, 2012: 60-61).

De maneira fulcral, adotamos a perspectiva da teoria gramsciana, no conjunto da nova história política. Aqui, contudo, não cabe afirmar a existência de um Estado Ampliado na Primeira Republica e, de uma sociedade civil já completamente constituída, atuando nos aparatos hegemônicos na esfera privada. A reflexão aqui adotada de seu pensamento esta em

“contrapartida, (de) um diversificado grupo de historiadores, cientistas sociais e políticos brasileiros têm levando a cabo pesquisas adotando o arsenal teórico de Antonio Gramsci e também de Pierre Bourdieu. Tais estudos evidenciam uma precoce ocidentalização [seletiva]⁷ da sociedade brasileira desde inícios do século XX, demonstrando a existência de um Estado bem mais complexo do que as formulações simplificadoras o deixavam supor” (FONTES; MENDONÇA, 2012: 68).

Recuperar esta conjuntura, na sua produção e reprodução na vida cotidiana, possibilita identificar a própria construção das vontades (coletivas e organizadamente), na qual permite interligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, alcançando a organização do poder do Estado (sociedade política). Neste sentido, no levantamento inicial sobre as fontes, percebemos que as ambições da missão eram amplas e associadas a disputa da hegemonia política vinculados a fração da classe dominante de “espírito liberal”:

“nossas obras espirituais não se limitam a nossa igreja, podem transformar toda uma sociedade. O Brasil, país que nos tem recebido tão bem ate o presente momento e façamos votos que assim mantenha seu espírito liberal, está pronto para figurar entre as mais belas nações do mundo, basta para isso se livrar de alguns vícios e noções errôneas que ainda regem muitos dos seus. (...) Nosso trabalho é educar o povo. Um povo de elevados princípios morais e éticos (...) Ainda há muito por ser feito. A tarefa é grande e valiosa” (Expositor Christão, 09-07-1908, Vol. 23, nº.28, p.1.)

Com a ampliação do campo político na Primeira República, contudo, desafios teóricos se impõem: como articular em níveis de análise a missão metodista, no sentido da política, enquanto instituição religiosa que se movia para estruturar sua missão no Brasil, ao passo, que se relacionavam com frações das classes dominantes na época e, representam um importante braço das ações do estado norte-americano no Brasil? As diversas releituras de Antônio Gramsci me apresentaram uma saída para este impasse: analisar a religião metodista enquanto componente nos diversos níveis das relações de força, portanto, desempenhando funções orgânicas diferentes e, que, no entanto, só podem ser separadas em níveis analíticos. Este caminho de análise abre o leque, portanto, de buscar os nexos entre a totalidade social e a política e, de acompanhar os movimentos entre os níveis de posição diacronicamente e sincronicamente.

⁷ Seleção de acordo com o projeto político na conjuntura do binômio coerção/consenso. Considerações importantes na minha apresentação feitas por Virgínia Fontes.

Por outro lado, para efeitos de algumas considerações provisórias acerca do Estado Brasileiro na passagem do XIX para o XX, a própria expressão do metodismo enquanto componente em diversos níveis nos indica uma complexidade das correlações de forças, e de um processo de reorganizações e de transições no campo das lutas pela hegemonia política na Primeira Republica Brasileira, na qual os movimentos vão assumindo funções orgânicas identificadas as possíveis formações de blocos históricos naquele momento. Trincheiras de posições e, que no reverso desta moeda, é necessário operacionalizar os movimentos orgânicos entre as posições que foram se constituindo a partir do análise da religião metodista.

No pensamento gramsciano, portanto, associamos este *elemento cultural* metodista como peça fundamental para difusão de determinada fração da classe dominante e de disputa da hegemonia política, seguindo os caminhos metodológicos na pesquisa de investigar na Primeira Republica Brasileira uma parte importante do *precoce príncipe ligada à questão de uma reforma intelectual e moral*, isto é, “à questão religiosa ou de uma concepção de mundo (...) O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2002: 18).

Cabe aqui ampliar e diversificar a maneira como o Estado Brasileiro se manifestou na primeira republicana brasileira. É necessário vincular a “República Oligárquica” à noções teoricamente estruturantes como classes, estrutura, hegemonia, no sentido de produzir uma história política que possua um teor relacional entre a totalidade social e política.

Bibliografia

ABREU, M.; GOMES, A. C. **A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia.** Niterói: Revista Tempo UFF, volume 13, número 26, 2009.

ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. **Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira Republica.** RJ: UFRJ, 1983.

ALBUQUERQUE, M.B.M. **Porto do Rio de Janeiro: Estigma e História.** . Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985



- BATALHA, C. H. M. **Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências**. In.: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP: Editora Contexto / Universidade de São Francisco, 1998.
- BODSTEIN, R. C. **Práticas Sanitárias e Classes Populares do Rio de Janeiro**. Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 4, 1986
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980. CAPELATO, 1980.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da história**. RJ: Elsevier, 2012.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARVALHO, J. M. **O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras?** RJ: Rio de Janeiro, no. 3, 1986.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados: e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Ligia Rosa. **Fazendo Américas: a missão metodista no Rio de Janeiro e a construção de um projeto para a nação, 1895-1910**. RJ: UFF, 2000.
- CAVALCANTI, B.O. **Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX**. Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. SP: Companhia das Letras, 1996.
- DELGADO, L. A. N. (org.); FERREIRA, J. (org.). **Brasil republicano**. RJ: Civilização brasileira, 2004
- DUARTE, Leila Menezes. **Em busca da identidade social. A saga dos primeiros protestantes no Rio de Janeiro (1859-1917)**. RJ: UFRJ, 1996.
- FERREIRA, M. M; GOMES, A. C. **Primeira República: um balanço historiográfico**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, volume 2, nº.4, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MENDONÇA, J. M. N. **Evaristo de Moraes: tribuno da república**. SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- PADILHA, S.F. Da “**Cidade Velha**” à **Periferia**. Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985.
- RABHA, N.M.C.E. **Cristalização e Resistência no Centro do RJ**. Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985
- RODRIGUES, A. E. M. “História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil”. In.: CARNEIRO, S. S. M.; Sant’Anna, Josefina Gabriel (organizadoras). **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

